

No Sul, a Funai entrega 5.500 índios e sete reservas à tutela estadual

# E agora, Rio Grande?

Na quarta-feira passada, enquanto um grupo de trabalho formado pelo governo do Rio Grande do Sul discutia os últimos detalhes de um projeto de regionalização da assistência aos índios — que passaria a ser feita através do Estado e da Funai (Fundação Nacional de Amparo ao Índio), que hoje monopoliza essa função — sete índios caigangues das reservas de Votouro e Nonoai chegaram ao palácio Piratini, pedindo ao governador a devolução das terras que lhes foram tomadas entre 1941 e 1963, e que totalizam 36.268 hectares.

A idéia desse convênio teria surgido do próprio governador Amaral de Souza, preocupado com a situação dos 5.500 índios que fazem parte das sete reservas existentes no Estado: Votouro, Guarita, Nonoai, Inhacorá, Cacique Doble, Ligeiro e Carreteiro. Assim, determinou que um grupo de estudos dirigido pelo secretário do Trabalho e Ação Social, deputado Augusto Trein, examinasse o assunto.

O grupo incluiu representantes de todas as secretarias de Estado, entidades de defesa da natureza, Cimi (Conselho Missionário Indigenista), Anai (Associação Nacional de Assistência do Índio) e de outras entidades preocupadas com o assunto. Mas, ao final, a proposição redigida pelo secretário executivo do grupo de trabalho, professor Tarcisio Deretti, teria excluído todas as sugestões dadas pela Anai e Cimi em relação às questões da terra e da autonomia para decidirem sobre o que, efetivamente, queriam em termos desenvolvimentistas ou culturais.

Dessa forma, os índios ficaram extremamente preocupados com as reais intenções do Estado e da Funai com a aplicação do projeto que, à primeira vista poderia esconder outros motivos. E reclamavam sobretudo pelo fato de não haverem sido consultados, embora no documento oficial constasse esse detalhe. O índio Nirê demonstrava, durante a semana, toda a desconfiança que sentia em relação ao Governo: "Nóis já fumo queimado cum água quente e agora temu medo de água fria..."

## O DOCUMENTO

A comissão de índios que esteve em Porto Alegre veio acompanhada pelo presidente do Cimi e bispo de Chapecó, em Santa Catarina, dom José Gomes. Eles mantiveram encontro com a imprensa, participaram de um debate sobre o programa pretendido pelo governo, com a presença de todos os que se interessam pela causa indigenista, e, na quarta-feira levaram ao Piratini uma carta que pretendiam entregar ao governador José Augusto Amaral de Souza, que está em viagem pela Alemanha. O vice-governador, Octavio Germano também não os recebeu. E somente puderam entregar o documento para o chefe da Casa Civil do Palácio, Augusto Berthier.

E, como não haviam sido consultados sobre o projeto, prometeram realizar amplos debates entre os povos que habitam as sete áreas indígenas sobre a intenção do Governo de fortalecer a cultura material, através da abertura de poços artesianos, compra de vacas de leite, galinhas, porcos, implantação de lavouras coletivas, ensino e saúde, entre outros itens, tudo num esquema inicial que deverá durar três anos, desenvolvido entre governo estadual e Ministério do Interior, através da Funai. Somente depois desses assuntos é que os índios preferem se manifestar, num documento que deverá estar terminado dentro de 40 dias, incluindo opiniões e, eventualmente, sugestões para a melhoria do nível da vida dos índios.

O presidente da seção gaúcha da Anai, em entrevista ao repórter Evilazio de Oliveira, advogado Caio Lustosa, lembra que a Funai mantém os índios sob tutela, conforme previsto na legislação indigenista. Porém, ignorou as formas culturais desses povos, esquecendo, como no caso dos caigangues, que eles eram caçadores, pescadores e sobreviviam da coleta de frutas, raízes, exploravam a agricultura de forma coletiva. Agora, com a destruição dos eco-sistemas, se dedicam apenas à agricultura, individualizada, por determinação da Funai. E, também aproveitam a euforia da soja para se dedicarem a esse tipo de cultura.

Os índios que normalmente preferiam morar próximo às roças, até por uma questão prática, foram obrigados a morar em pequenas aldeias, com casas de arquitetura absolutamente diversa das que



estavam acostumados e as quais evidentemente preferem. Assim, é fácil saber que índios queimaram os forros e assinalhos de suas casas, preferindo dormir no chão, como sempre fizeram seus ancestrais.

Caio Lustosa afirma que a Funai, de acordo com a lei deve proteger as populações indígenas para a conservação de suas características culturais, mas acaba acenando com o princípio de integração na sociedade. Com isso surgem verdadeiras empresas rurais dentro das reservas, com nítidas características comerciais, sobretudo na exploração da madeira. Ele cita como exemplo da riqueza dessas reservas, Guarita, nos municípios de Tenente Portela, Redentora, Miraguaí e Reval Seco, onde a área de 23 mil hectares tem uma cobertura florestal de 30 por cento, enquanto o Estado tem uma cobertura de apenas 0,8 por cento.

O presidente da Anai lembra também uma denúncia feita por Darci Ribeiro, de que todas as remessas dos lucros obtidas

na exploração das terras indígenas, enviadas para Brasília, eram utilizadas 80 por cento na manutenção da burocracia e os restantes 20 por cento destinadas aos índios, contrariando a lei. Essa denúncia não teria sido respondida.

## FIM DO MONOPÓLIO

Ao falar sobre o Programa de Promoção das Comunidades Indígenas do Rio Grande do Sul, como é chamado o futuro convênio entre o Governo Estadual e Funai, Caio Lustosa menciona as ressalvas feitas pela Anai, Cimi e demais entidades que participaram dos estudos, conforme constam do documento entregue à Secretaria do Trabalho e Ação Social. Ele diz que a regionalização permitirá que os Estados tenham intervenção em áreas que são monopólio da Funai. Lustosa acredita que isso pode ser muito perigoso, principalmente nos Estados do Norte ou Nordeste, onde os governantes estão extremamente envolvidos em audaciosos projetos desenvolvimentistas. Dessa forma, diz o presidente da Anai, os interesses dos gover-

nos seriam acima das preocupações com as áreas indígenas.

O importante, segundo ele, é que o projeto não seja utilizado para a manipulação dos índios. Que eles tenham direito de decidir sobre sua própria cultura, hábitos e modo de vida. Nesse aspecto, Lustosa considera fundamental a preservação das línguas nativas, que já estão sendo esquecidas pelas gerações mais novas de diversos povos.

É possível que a intenção camuflada do Governo seja a emancipação do índio, como ressalta o bispo d. José Gomes. Mas, seja como for, os índios gaúchos prevêem dificuldades dobradas depois da assinatura do convênio. Os sete índios que estiveram em Porto Alegre, Nirê, Rilkae, Peri, Wanifei, Doiengre, Arican e Riemlagen, não esconderam este temor com o futuro dos 5.500 índios que habitam 51 mil hectares de terra, dividida em sete áreas. Sobretudo, quando sabem que o Governo Federal já desenvolve estudos para convênios semelhantes em outros Estados.

Data: 20.04.80

Fonte: Folha Tim

Pg: 6

Class: 452

Povos Indígenas no Brasil

CEDI